



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

**Processo TC** 2457/126/15  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** Taciba  
**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA  
**Período** 12/2015  
**Relator** Dr. Edgard Camargo Rodrigues  
**Unidade Fiscalizadora** UR-05 UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE  
**Responsável** HELY VALDO BATISTELA  
**Cargo** PREFEITO  
**CPF** 086.596.948-56  
**Período de Gestão** 01/01/2013 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
ATA AUDIENCIA AVALIAÇÃO CUMPRIMENTO METAS	12	2015
PARECER CONSELHO FUNDEB	12	2015
PARECER CONSELHO SAUDE	12	2015
ATA AUDIENCIA ACOES SAUDE	12	2015
Publ. RREO Balanço Orçamentário	12	2015
Publ. RREO Dem. Função / Subfunção	12	2015
Publ. RREO Dem. Apuração RCL	12	2015
Publ. RREO Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	12	2015
Publ. RREO Resultado Nominal	12	2015

Publ. RREO Resultado Primário	12	2015
Publ. RREO Restos a Pagar	12	2015
Publ. RGF Executivo	12	2015
Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino	12	2015
Cadastro Eletrônico de Obras em Execução	12	2015
PLAN LDO ATUALIZADA	12	2015
PLAN LOA ATUALIZADA	12	2015
PLAN PPA ATUALIZADO	12	2015
Conciliações Bancárias Mensais	12	2015
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	12	2015

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Alerte-se que as baixas ocorreram aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, devendo o órgão adotar os ajustes necessários.

### 2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Alerte-se que o percentual apurado dos Gastos com Pessoal ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 04/05/2016  
**Hora da Geração:** 19:14:00